

Ruimar Nunes De Sousa



Instituto Federal do Piauí (IFPI)
ruimar_nunes@hotmail.com

Francisca Raquel da Costa



Instituto Federal do Piauí (IFPI)
raquel.costa@ifpi.edu.br

CONSCIÊNCIA NEGRA E LUTA: LEITURAS E REFLEXÕES ACERCA DO DIA 20 DE NOVEMBRO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

Discutir a respeito da história e cultura da população negra no Brasil é um compromisso com os milhões de negros e negras que se dedicaram à formação desse país, fornecendo as bases históricas, econômicas, culturais, técnicas e científicas para a consolidação do que hoje chamamos de "nação brasileira". Dessa forma, as escolas podem possibilitar aos estudantes a compreensão, de forma adequada, desse contexto. A negação da mesma, que ainda ocorre nos dias atuais, provoca situações de desigualdade e preconceitos. O presente trabalho é uma pesquisa de revisão bibliográfica realizada a partir dos periódicos do portal da CAPES. O estudo tem como objetivo destacar as reflexões realizadas por estudiosos da área e que surgiram a partir de discussões com relação à operacionalização da Lei nº 10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003, a qual altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, com o intuito de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Além disso, entre outras providências, esta lei adiciona ao calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Palavras-chave: Educação. Ensino. Consciência negra.

BLACK CONSCIOUSNESS AND FIGHT: READINGS AND REFLECTIONS ABOUT 20 NOVEMBER IN BASIC EDUCATION SCHOOLS

ABSTRACT

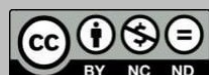
Discussing the history and culture of the black population in Brazil is a commitment to the millions of black men and women who dedicated themselves to the formation of this country, providing the historical, economic, cultural, technical, and scientific bases for the consolidation of what we now call "Brazilian nation". In this way, schools can enable students to adequately understand this context. The denial of it, which still occurs today, causes situations of inequality and prejudice. The present work is a bibliographic review research carried out from the journals of the CAPES portal. The study aims to highlight the reflections regarding the operationalization of Law No. 10.639, approved on January 9, 2003, which amends law No. 9.394, of December 20 of 1996, establishing the guidelines and bases of national education, in order to include in the official curriculum of the Teaching Network the mandatory theme " Afro-Brazilian History and Culture" In addition, among other measures, this law adds November 20 to the school calendar as "National Day of Black Consciousness".

Keywords: Education. Teaching. Black Consciousness.

Submetido em: 27/08/2020

Aceito em: 18/03/2021

Publicado em: 30/11/2021



1 Introdução

Na análise da atual estrutura e organização da sociedade brasileira, faz-se necessária uma revisão de como ocorreu seu processo de formação, e, também, é preciso considerar a situação de determinados grupos étnicos durante tal processo, a saber, os indígenas e africanos escravizados, bem como seus descendentes. Nota-se que, ao longo da história do Brasil, houve uma tentativa de negação da participação desses grupos como sujeitos construtores da sociedade brasileira. Esse processo de negação alinha-se a uma situação de preconceito e racismo, materializado na situação de exclusão, nos mais diferentes segmentos, como saúde, moradia, emprego, educação, ciência, entre outros, resultando, desse modo, em grandes mazelas que perpassam e afligem gerações e gerações desses grupos populacionais nos mais diferentes espaços do território brasileiro.

Nas escolas brasileiras, na maioria das vezes, essa história ainda é abordada sob a ótica dos grupos dominadores, deixando à margem a participação da população negra na formação da sociedade brasileira, desconsiderando suas contribuições, que ocorreram nos diferentes segmentos sociais, culturais, econômicos e científicos. Assim, a escola ainda se constitui como um espaço reprodutor dessa realidade sendo que:

[...] a escola, enquanto uma das principais instâncias de socialização, é responsável por abordar questões que envolvam as múltiplas dimensões de formação do educando e isso inclui a relação dos conteúdos escolares com os mais variados contextos históricos, socioculturais e econômicos característicos a todos os indivíduos e grupos que a constitui (DA SILVA; DOS SANTOS SILVA, 2020, p. 164).

Esse modelo vigente trabalha, levando em consideração a historiografia da população branca, em que os interesses europeus são compreendidos como o único modelo social a ser seguido, perpetuando uma versão eurocêntrica da História, produzindo assim, uma invisibilidade dos protagonistas negros que estiveram presentes na construção da História do Brasil. Tal visão reforça a omissão de um debate positivo sobre o papel dos negros na formação da sociedade brasileira e, conseqüentemente, o racismo em suas mais diferentes formas sobre africanos e brasileiros negros, propagando estereótipos raciais.

O presente trabalho consiste numa leitura e reflexão realizada a partir de trabalhos publicados nas diversas bases de dados como CAPES, *Google* acadêmico e livros relacionados à temática, tendo como foco central a operacionalização da Lei nº 10.639 aprovada em 09 de janeiro de 2003, que inclui o dia 20 de novembro (Dia Nacional de

Zumbi e da Consciência Negra) no calendário escolar, e que também trata da obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afrodescendente no Brasil.

Em relação às atividades desenvolvidas nas escolas sobre o Dia 20 de novembro, como docentes atuantes em escolas da Educação Básica em Teresina-PI, cotidianamente, temos observado que as mesmas pouco contribuem de fato para a operacionalização da referida lei. É perceptível que apenas são trabalhados temas isolados por meio de projetos referentes ao 20 de novembro, enfatizando, na maioria dos casos, apenas aspectos lúdicos da dança, culinária e música e de maneira ainda incipiente. Nesse sentido, de certa forma, essas ações só reforçam, mesmo que indiretamente, os estereótipos em relação à população negra. Por outro lado, percebemos também a ausência da formação de docentes para que possam atuar de forma mais eficaz na luta contra o racismo na educação, através da implementação da lei 10.639/03.

Esses modelos adotados não produzem novas narrativas de fortalecimento da memória e história da população negra brasileira; ao contrário, produzem um reforço e disseminação de narrativas depreciativas em relação aos negros e negras, reproduzindo representações negativas e criando um sentimento de conformidade com as diversas situações de desigualdade e preconceito vivenciados por cada pessoa negra desse país.

Ainda que nas últimas décadas, devido especialmente à aprovação da lei 10.639/03 e à luta dos movimentos negros no Brasil, tenha ocorrido avanços e significativas transformações com relação a essa abordagem, a qual é cada vez mais problematizada, percebe-se que ainda há certa urgência em trabalhar de forma mais incisiva essa temática, especialmente no ambiente escolar. Dessa forma, é preciso contestar a maneira como a população negra é tradicionalmente apresentada nos livros, na história, na economia, na cultura e na ciência.

Cabe ressaltar que a abordagem acerca dessa temática deve ser trabalhada em todos os espaços escolares e nas diversas disciplinas do currículo, sendo ainda reforçada na oportunidade das atividades realizadas em virtude da Semana da Consciência Negra. A partir da mesma, pode-se consolidar um movimento crítico frente aos padrões e estereótipos atribuídos à população negra e, assim, criarmos novas interpretações, narrativas e construir ferramentas de combate ao preconceito racial.

Nesse sentido, a seguir, apresenta-se a contextualização teórica que aborda aspectos referentes à temática central e operacionalização da Lei nº 10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003, que inclui o dia 20 de novembro (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra) no calendário escolar. Na sequência, é apresentado o percurso

metodológico para realização da pesquisa, seguido pelos resultados, discussão e indicação das contribuições decorrentes da realização do estudo.

2 Lutas e conquistas da população negra brasileira.

Embora recentemente tenham ocorrido diversos fatos que mostram a atuação do movimento negro em prol da luta pela garantia dos direitos e da liberdade, a luta dos movimentos sociais não se restringe aos dias atuais, pelo contrário, o negro no Brasil sempre lutou pela sua liberdade e conquista de direito desde o período da escravidão. Haja vista os inúmeros movimentos planejados e comandados por diferentes personagens marcados na história brasileira, estes, porém invisibilizados pelas narrativas oficiais dos defensores do “Poder” em nosso país. Esse fenômeno é fruto de uma sociedade estruturalmente escravocrata e disseminadora de preconceitos que se perpetua geração após geração.

Nesse sentido, Cunha Jr (2003), destaca que O movimento negro no Brasil se manifesta de forma organizada desde o século XVII, em diferentes estados em que muitos negros aprenderam a ler, escrever e promover a luta pela libertação e preservar a identidade cultural nesses movimentos.

O nacionalismo negro e o movimento feminista nos anos 70 imprimiram uma outra dinâmica às percepções antirracistas; o primeiro, pela luta contra a destruição e a inferiorização do legado cultural africano, denunciando o estatuto subordinado do negro e da África implícito no antirracismo assimilacionista e universalista. (GUIMARÃES, 1995, p.29)

A luta da população negra por direitos vem desde o período colonial, representada em diversas figuras memoráveis que vão desde Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo de Palmares, passando por André Rebouças (1838 - 1898), que teve grande atuação nos movimentos abolicionistas, chegando até representantes mais contemporâneos como os escritores Sílvio Almeida, autor da obra *Racismo Estrutural* (2019), Carlos Eduardo Dias Machado, autor da *Ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente* (2014) e Nilma Lino Gomes autora da obra “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, publicado em 2019.

Tal batalha também é vista na organização e existência de diferentes grupos de luta formados nos diversos espaços do território brasileiro, movimentos da juventude negra, como o “*Hip Hop*”, desenvolvidos nas periferias de todo o Brasil. São diferentes formas de organização do Movimento Negro, “que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política,

cultural e educacional brasileira” (GOMES, 2017, p. 24). Ainda corroborando com esse pensamento temos que:

[...] na atualidade, com a sua aparição na mídia, os movimentos negros passaram a ter mais visibilidade e a população em geral se deu conta da sua existência. Diversas formas de expressão e atuação atingiam diversos públicos. Tais movimentos nem sempre tiveram como principal finalidade o combate ao racismo, em muitos casos a preocupação foi a cultura e a manutenção de formas de identidade negras. (CUNHA JR, 2003, p. 48)

O atual movimento negro é fruto dessa organização ao longo da história. Ele acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa diferentes fases da história do Brasil. É por intermédio das múltiplas modalidades de protesto e mobilização que o movimento negro vem dialogando, não apenas com o Estado, mas principalmente com a sociedade brasileira. Essa apresentação de forma dinâmica sendo reinventada constantemente em seus arranjos históricos, com suas inúmeras estratégias de luta a favor da integração do negro e da erradicação do racismo na sociedade brasileira.

Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2007, p. 121).

Domingues (2007) destaca as diferentes fases e formas de organização do movimento negro brasileiro ao longo da história, evidenciando o discurso racial predominante, mostrando que na primeira e segunda fase apresentava-se moderado e na terceira mais contundente:

O engajamento da população negra ao longo da história possibilitou a conquista de direitos fundamentais nas diferentes áreas, com destaque para a educação com a aprovação da lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, que instituiu o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, que é comemorado, anualmente no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Além disso, a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". Essa lei diz que o conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira nascida a partir da

contribuição desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

A implementação da lei representa um ganho relevante e significativo para a população afrodescendente, pois ao longo do processo educacional brasileiro, nota-se uma ausência de abordagem com relação à sua participação nos grandes momentos e eventos na história do nosso país, mesmo sendo a marca da população afrodescendente indiscutível na sociedade brasileira. “Tiveram intensa participação em todos os movimentos da história nacional. No pós-abolição, a história de africanos e afrodescendentes se transcreve na organização de novos movimentos sociais, religiosos e culturais” (CUNHA JR, 2005, p. 251).

Com relação à luta por essa conquista Cunha Jr. (2005) destaca que:

[...] os movimentos negros insistiram por mais de um século para que se realizasse a devida incorporação das histórias e das culturas de africanos e dos afrodescendentes ao ensino da história geral da humanidade e à História do Brasil. Os movimentos negros persistem na necessidade e no direito de pelo menos as populações afrodescendentes terem estes conhecimentos históricos e culturais expressos na educação nacional (CUNHA JR, 2005, p. 251).

A referida lei traz em seu texto que “o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’” (BRASIL, 2003). Essa data representa uma grande conquista para a população negra do Brasil, pois, inicialmente pensada pelo grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, integrado por Oliveira da Silveira e, posteriormente celebrado pelo movimento negro brasileiro, esse dia representa uma conscientização do negro em relação a suas características políticas, sociais, estéticas e culturais. Com relação a esse assunto Cunha Jr. (2003) acrescenta que:

[...] o ressurgimento de trabalhos sobre Palmares e a ideia do 20 de novembro vêm de um grupo de militantes de Porto Alegre, do qual participou o poeta e escritor Oliveira Silveira, nos anos de 1970 e 1971. O grupo se chamava Palmares e, entre outras atividades, era bastante envolvido com teatro (CUNHA JR, 2003, p. 53).

A trajetória histórica demonstra que as principais reivindicações do movimento negro se direcionam à educação, principalmente por que se tratar de “um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras” (GOMES, 2017, p. 24).

Desse modo, o 20 de novembro representa uma bandeira de luta, um dia para ser celebrado, e, acima de tudo, que marca a caminhada sofrida, mas também de luta, do povo negro do Brasil, já que a história do nosso país foi construída sobre os alicerces de uma sociedade escravocrata, notadamente com privilégios dados às pessoas brancas e uma negação dos direitos da população negra. O vinte de novembro representa a resistência contra essa forma de organização. É mais que uma conquista; configura-se um mecanismo de combate ao racismo, valorizando, desse modo, a produção cultural, econômica, política e científica da população negra.

3 Uma abordagem decolonial tendo como base a implementação da Lei nº 10.639/2003.

A implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da educação básica representa uma conquista do movimento negro brasileiro, que incide diretamente no ambiente escolar. Assim, de modo algum, podemos deixar de desenvolver ações no sentido de valorizar e operacionalizar o verdadeiro propósito da referida lei, que busca a valorização da história e da cultura africana, afro-brasileira, proporcionando o reconhecimento de forma gradual do legado cultural dos africanos e seus descendentes que, por muito tempo, ficaram invisibilizados no cenário social, cultural, político e econômico. Ressalta-se que o reconhecimento da produção cultural dos grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira poderá ser um caminho para a construção de um país verdadeiramente multicultural (SILVEIRA, 2019).

O que observamos nas escolas de educação básica nos últimos anos, com relação à celebração da semana da consciência negra é um processo de desvirtuação. A forma como a participação e importância da população negra na formação da sociedade brasileira é trabalhada com os alunos não contempla os aspectos que possam valorizar as suas contribuições nas áreas das ciências, educação, artes e literatura. Nessa direção Da Silva Borges ressalta que:

[...] é necessário, sim, ímpeto de desbravador, já que a quase totalidade da história oficial preferiu calar a voz de pessoas negras notáveis e relega-la a uma posição marginal. Muitos ativistas e intelectuais, irrecusavelmente brilhantes, não foram incluídos devidamente no rol das notoriedades do seu campo de atuação. Em geral, seus nomes são inteiramente desconhecidos e dificilmente alcançáveis. Nas searas difíceis de esquadrihar, construímos nossa história (DA SILVA BORGES, 2009, p.13)

Geralmente as atividades relacionadas a essa temática enfatizam apenas o lado lúdico do negro, destacando as atividades culturais como: dança, comidas típicas, o que por si só, não representa de fato a conquista do movimento negro.

É certo que não podemos nos abster da realização de atividades festivas culturais que narrem a história da população negra, situando-a em uma posição de destaque, porém não devemos, em hipótese alguma, restringir a rica e valiosa contribuição dessa população a apenas esses aspectos. Essa temática deve-se fazer presente no cotidiano escolar. É necessário desenvolver frequentemente atividades nas escolas que possam contemplar todos os aspectos da produção da população afro-brasileira. Deve-se enfatizar a contribuição dessa população nos diferentes campos. Sabemos que são muitos os nomes de destaque na história, geografia, ciências, matemática, literatura, entre outras áreas.

É preciso desenvolver uma educação decolonial, aos estudantes da educação básica faz se necessário informar que:

[...] durante séculos nesse país, pessoas negras foram as principais cientistas e técnicas porque conseguiram manter um modo de produção, cujo os detalhes técnicos eram por eles pensados e executados. A sociedade brasileira herdou a riqueza oriunda da ação técnica e científica de pessoas escravizadas. Isto por que o conhecimento tecnológico estava presente em diversos ambientes culturais e sociais da África antiga e esses povos, que foram sequestrados e escravizados, laçaram mão dos seus saberes ancestrais para sobreviverem nessas terras (SILVA, 2013, apud PINHEIRO, 2020, p.13).

Como a educação brasileira foi basicamente construída sob um olhar europeizado, é preciso pontuar as realizações desses grandes personagens negros que marcaram a história do Brasil e fazer com que cheguem ao conhecimento dos jovens negros, fazendo parte de suas vidas, a fim de que eles possam se ver representados na sociedade brasileira. Uma vez que,

[...] as diferentes contribuições das mais diversas nações africanas, assim como, dos povos da diáspora africana e indígenas foram historicamente corrompidas no processo de colonização. O colonialismo trouxe, em vista disto, consequências negativas tanto em aspetos físicos, estruturais, institucionais, quanto em aspectos ideológicos, culturais, simbólicos, pois, permitiu que colonizadores europeus mantivessem e expandissem seus poderes sociais, políticos e econômicos às custas de seres humanos, territoriais, intelectuais, simbólicos de colonizados africanos, asiáticos e de povos ameríndigenas (PIRES; SILVA; SOUTO, 2018, p.46).

Para isso, faz-se necessário o conhecimento de forma ampla da produção realizada por negros e negras em diferentes áreas da cultura, da história e da ciência,

pois o desconhecimento da história leva à propagação do preconceito, além de conduzir a uma falsa impressão de que ele não está presente na vida cotidiana das etnias em questão.

A ausência de representatividade pode causar sérias consequências para a população negra, em especial aos jovens. A esse respeito, Cunha Jr. (2003) afirma:

[...] outro fato é que as populações negras, em função de serem reprimidas, cultural e intelectualmente, têm sido levadas a não valorizar devidamente os seus feitos. Assim, as intensas manifestações políticas e culturais por nós realizadas não têm sido suficientemente valorizadas e passadas para as páginas da História do país. Aprendeu-se com o escravismo e com o racismo a se desvalorizar as coisas de negros (CUNHA JR, 2003, p. 49-50).

Para exemplificar, façamos o seguinte questionamento: quanto poderíamos transformar a vida de uma jovem negra que sonha ser escritora, que é discriminada cotidianamente e, de forma substancial, não se sente representada por escritores brancos diariamente apresentados a ela? Imaginem a diferença que faria na vida dessa jovem o conhecimento de uma história como a de “Carolina Maria de Jesus”, escritora brasileira, conhecida por seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” publicado em 1960. Carolina foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, das mais importantes do país, mineira, que se mudou para São Paulo, filha de lavadeira analfabeta, moradora de favela e catadora de papel durante o dia, sendo que à noite costumava escrever sobre o seu dia-a-dia, produzindo, dessa forma, um dos grandes livros brasileiros (JESUS, 1960). Certamente essa menina se sentiria bastante representada e inspirada por Carolina, ao conhecer sua história de talento e capacidade de superação, estimulando a representatividade. “À medida que nos vemos de maneira positiva nos espaços mais diversos é que podemos reconhecer e assimilar a possibilidade de nossa própria imagem como positiva também”. (JOICE BERTH, 2019, p.124),

Nesse sentido, a divulgação de trabalhos como o citado acima pode contribuir inclusive para a formação da identidade de jovens negros e, por conseguinte, na transformação de vida daqueles que sonham em trilhar os caminhos da ciência e a quem não são apresentadas histórias de pesquisadores negros como Milton Santos, um dos maiores pesquisadores brasileiros e mundiais, considerado por muitos o maior nome da geografia no Brasil, destacando-se por diversas publicações como “Por uma Geografia Nova, da crítica da geografia a uma geografia crítica” (1978); “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional” (1994); “Da totalidade ao lugar” (1996); “Metamorfose do espaço habitado” (1997); “A Natureza do Espaço” (1996), considerada uma de suas maiores obras.

Sobretudo, é importante divulgar, de forma adequada, também, o trabalho de grandes protagonistas negros e negras que, de forma brilhante, destacam-se na produção científica, no cenário brasileiro e mundial, haja vista, o exemplo da pesquisadora Sonia Guimarães, doutora (PhD) em Materiais Eletrônicos, Professora do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Com experiência na área de Física Aplicada, com ênfase em Propriedades Eletrônicas de Ligas Semicondutoras. Palestrante de destaque nos temas: incentivo às meninas para optarem por ciências exatas, tecnologias e engenharias em suas carreiras, sobre a revolução digital e as profissões do futuro. Luta contra o racismo e a discriminação de gênero, além de palestras motivacionais para quem está sendo vítima destes crimes (CNPq, 2020).

Devemos proporcionar a construção de novas narrativas, oportunizar aos jovens estudantes, pesquisadores, cientistas negros e negras a realização de diversas atividades e, para tal, é necessária e urgente a formatação de eventos e ações nas quais esses jovens possam ver-se representados e, a partir dessas representações, reconhecer seus potenciais para ocupar os espaços na literatura, arte, cultura, política, economia, pesquisa e ciência.

Por outro lado, além da representatividade na produção do conhecimento é necessário que muitos outros espaços também sejam ocupados por pessoas negras. A trajetória social de jovens negros, realizada ao longo de uma história de exclusão, provoca uma baixa representatividade também nos centros acadêmicos, eventos científicos e outros espaços de privilégio na sociedade brasileira. Esses espaços ainda são ocupados por uma maioria de pessoas brancas, mostrando assim, uma grande desigualdade étnico-racial. Como afirma Schwarcz (2002), é pela restrição fatural da cidadania e através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda, de educação; e pelas desigualdades sociais o racismo se perpetua. É importante ressaltarmos, a contribuição de Munanga (2005).

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos. Não nos esquecendo, ainda, do racismo institucional, refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro. (MUNANGA, 2005, p. 50).

Certamente a escola constitui-se um potencial espaço de promoção da igualdade étnico-racial e combate ao racismo estrutural de nossa sociedade. É necessário reconhecer que a escola não está livre das consequências desses males. Ao contrário

disso, a educação brasileira teve um papel central na construção do imaginário social racista, sendo, nos dias atuais, uma grande disseminadora de ideias, reproduzindo assim tal prática.

Entretanto, em detrimento disso, a luta por mudanças vem ganhando espaço cada vez maior, com a implantação de novos projetos políticos pedagógicos, nos currículos escolares e nas práticas de ensino, visando assim à promoção da equidade étnico-racial e o empoderamento da identidade de estudantes negros no espaço escolar. A escola é um espaço de autorreflexão, já que é a “auto reflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, 1967, p. 36).

Gomes (2017), diz que, o 20 de novembro representa um esforço intelectual, político, devido à trajetória persistente e tensa construída por tantos militantes do movimento negro e de mulheres negras que lutaram e lutam pela superação do racismo e pela construção da emancipação social no Brasil.

Sendo assim, a educação é um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras. Do mesmo modo, o “20 de novembro” representa a luta pela superação da negação de direitos e de invisibilidade da história e da presença de um coletivo étnico-racial. Em razão desses fatos essa data deve valorizar de maneira ampla a história, a cultura e a ciência produzidas por negros e negras desse país, os quais participaram e participam ativamente da construção do Brasil.

Diante da realidade constituída faz-se necessário o combate à desigualdade. A educação emerge como uma importante ferramenta de mudança da estrutura social imposta aos afrodescendentes. Assim como afirma Pinheiro em sua obra, @Descolonizando_Saberes. Mulheres Negras na Ciência, “é preciso educar a juventude mostrando narrativas diversas e descoloniais dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram”. (PINHEIRO, 2020, P. 15).

Para isso, a escola precisa teorizar, realizar práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação dos afrodescendentes.

4 Metodologia

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, o presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de textos, livros, artigos e

demais materiais presentes nas principais bases de dados como Google acadêmico, SCIELO, EDUCAPES, portais de periódicos.

A partir da leitura e análise de trabalhos publicados e disponibilizados nas diversas bases de dados, buscou-se refletir acerca da operacionalização e implementação do dia 20 de novembro nas escolas de educação básica. A opção de utilizar o recurso da pesquisa bibliográfica ocorreu devido às características dessa técnica de procedimento, uma vez que esse tipo de pesquisa é um material:

[...] já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV e DE FREITAS, 2013, p.7)

Para a realização do presente artigo, foram observadas as seguintes etapas: levantamento, seleção, fichamento de textos e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa, objetivando à construção da análise da temática apresentada. Esse organograma possibilitou a atualização do tema, bem como a formulação de respostas ao problema estudado e identificar contradições. Deve-se ressaltar o processo de verificação da veracidade das informações e dados obtidos, observando ainda as possíveis incoerências ou contradições que as obras pudessem apresentar (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

5 Resultados e Discussões

O fenômeno do racismo é bastante presente na sociedade brasileira. Ele se materializa em diferentes formas e instituições, sendo um processo histórico que impacta a vida de milhões de brasileiros(as) negros(as), algo que gera consequências nas mais variadas formas de violência que vão desde a opressão policial, até a falta de oportunidades de emprego e barreiras que dificultam a ascensão educacional, socioeconômica e profissional. “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. (ALMEIDA, 2019, p. 65). Além disso, gera as condições sociais para que a população negra seja discriminada de forma sistemática.

Essa realidade imprime diferentes barreiras a grupos racializados e discriminados.

No Brasil, a limitação do alcance de negras e negros aos locais de acesso, divulgação e compartilhamento dos saberes oficializados acompanhou o estabelecimento de um sistema de descrédito aos modelos de conhecimento de africanos, indígenas e seus descendentes. Tal cerceamento organizou a sociedade brasileira para estabelecer critérios culturais e raciais para a produção e incorporação de conhecimento. (DOS SANTOS, PINTO e CHIRINÉA, 2018, p. 954)

Nesse sentido, o racismo deve ser combatido com veemência. “As instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda sociedade”. (ALMEIDA, 2019, p 48)

Ressalta-se que o apagamento de temas e perspectivas africanas e afro-brasileiras impede que sejam, efetivamente, vislumbrados os mecanismos que mantêm o racismo institucional e estrutural sistêmico, e ainda coloca a população de ascendência africana à margem da produção científica e reduz grupos racializados a condições subalternas de ausência de inteligência acadêmica e de conseqüente propensão, unicamente, a trabalhos que exigem menos escolarização. Dessa forma, reforça a exclusão da população negra de espaços de representatividade, de visibilidade e de poder (DOS SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018; PINHEIRO, 2019; NEGREIROS, 2017).

Faz-se necessário promover reflexão sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. E no espaço escolar trabalhar temas relacionados aos conhecimentos diversos produzidos pelos povos áfricos e afrodescendentes como o desenvolvimento da medicina, da química, farmacológica, arquitetura, artístico, culinário, sanitário, astronômico, matemático, ou seja, os diferentes campos científicos.

A escola é um importante instrumento de concretização desse modelo, respaldado pela lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", além de incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” e dá outras providências. Assim, a escola tem um papel de fundamental importância, sendo detentora do dever, como instituição formadora, de investir na adoção de ações que visem promover a operacionalização da lei, bem como a igualdade e a diversidade em suas relações para diminuir obstáculos na ascensão escolar dos jovens negros e manter-se como espaço permanente para debates e promoção de práticas educacionais igualitárias.

Ao destacar a importância da operacionalização de ações que contemplem a lei 10.639/03 no contexto escolar, constata-se a importância da mesma para promoção de políticas de promoção de igualdade étnico-racial na educação básica, auxiliar no rompimento de barreiras, e contribuir para os jovens afrodescendentes acessarem

espaços de poder que são negados historicamente ao mostrar narrativas que colocam essa população como sujeitos de sua história. Ainda possibilita o processo de construção de novas narrativas que valorizem a contribuição da população negra para a formação da sociedade, desconstruindo a narrativa eurocêntrica que conduz outros povos ao esquecimento e centraliza o europeu como centro do progresso “civilizatório” (PINHEIRO, 2019).

A implementação da lei 10.639/03 representa, sem dúvida, uma vitória da sociedade brasileira com relação ao combate às desigualdades étnico-raciais, porém observa-se, a partir da leitura de trabalhos relacionados, que a forma como essa temática vem sendo trabalhada nas escolas, atualmente, mostra-se equivocada. Isso porque as atividades referentes ao dia da consciência negra são realizadas de forma “folclórica”, restringindo-se à apresentação de danças, culinária, músicas, como forma de celebração, festividade; apenas um dia festivo. Nesse sentido, basta observar certos nomes dados a projetos escolares como “festival da semana da consciência negra”, incorporando em muitos casos um discurso que reforça os estereótipos preconceituosos. Nesses casos, aparecem reformulações da “Festa da Consciência Negra” (OLIVEIRA, 2016).

Para Oliveira (2016), o destaque que as narrativas trabalhadas nos ambientes escolares dão à desigualdade étnico-racial “histórica” dos grupos racializados, colocando-os apenas na condição de vítimas passivas, proporcionam a manutenção das práticas racistas. Desta forma, as ações relacionadas ao “20 de novembro” não irão contribuir para combater o racismo; ao contrário, funcionarão para a propagação de narrativas distorcidas da história da população de ascendência africana no Brasil, além de mascarar o que seria o principal motivo da data, ações em prol de conscientização sobre a natureza do racismo.

6 Conclusão

Diante da realidade da sociedade brasileira, em especial aquela vivenciada nas escolas da educação básica e tendo em vista a leitura de trabalhos publicados, os quais apresentam essa temática como centro, observa-se que os conteúdos ministrados apresentam um discurso que tem efeitos no processo de invisibilização da população negra, promovido pela sociedade brasileira ao longo da história, fazendo referência de forma pejorativa, quando muito, destacando apenas aspectos festivos, ou colocando o negro como escravo, dócil, e não protagonista de sua própria história, atendendo ao

sistema preconceituoso e opressor e, portanto, desvirtuando a história da população negra. “Parece digno de nota o fato de que o negro aparece sempre atrelado a cenários folclóricos e populares, mas raramente (nunca?) aos campos acadêmico, intelectual e político, por exemplo”. (OLIVEIRA, 2016, p. 79). Nesse sentido, é um dever de cada cidadão negro, ou não e, em especial, dos educadores e educadoras, procurar desconstruir essa realidade em processo em nossas escolas.

A ideia do “20 de novembro” como o dia da Consciência negra foi inicialmente pensada pelo grupo palmares do Rio Grande do Sul. Esse pensamento logo foi incorporado pelo Movimento Negro, que entende o quilombo como símbolo representante da luta contra o sistema escravista, tornando a história do Quilombo dos Palmares e a morte do líder Zumbi, um símbolo de resistência, liberdade, democracia e conscientização. Assim, 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, representa uma bandeira para todos os negros e negras brasileiros. Certamente as conquistas são resultado de um aprendizado e apresentam, ao mesmo tempo, um tributo ao investimento intelectual, político, de vida e à trajetória persistente e tensa construída por tantos militantes do movimento negro e de mulheres negras que lutaram e lutam pela superação do racismo e pela construção da emancipação social no Brasil e na diáspora africana.

Constata-se que a mesma não vem sendo trabalhada nas escolas como uma forma de valorizar o protagonismo da população negra na história brasileira. Dessa forma, busca-se, por meio desse trabalho, fornecer elementos para reflexão em relação às atividades relativas à semana da consciência negra e, a partir daí, desenvolver outras abordagens para as atividades desenvolvidas, especialmente, com relação à população negra.

Portanto, trabalhar de forma correta, colocando o negro como protagonista de sua história, evidenciando as contribuições, na área da cultura, política, economia e ciências é uma forma de reconhecer a importância da consciência negra e elevar uma forte valorização de todos os elementos negros presentes na cultura nacional, nas diferentes áreas do conhecimento humano.

Assim, as escolas de educação básica, em especial, devem utilizar a semana da consciência negra para dar uma maior visibilidade a protagonistas negros, divulgando, compartilhando informações e trabalhos científicos realizados por pesquisadores negros que contribuem para a promoção de ações as quais gerem uma maior equidade étnico-racial.

Em suma, com a reflexão sobre as atividades escolares relacionadas à operacionalização da lei 10.639, podemos afirmar que cada conquista, seja na área

educacional, política ou econômica, tem a contribuição de cada mulher, homem ou coletivo de pessoas negras que proporcionaram esses avanços. O “20 de novembro” é uma prova dessa luta. Desse modo, essa data deve ser utilizada para dar visibilidade a cada mulher e a cada homem negro que dedicaram suas vidas ao combate ao racismo e à construção de uma sociedade mais igualitária. Deve ser utilizada para simbolizar a resistência, as conquistas e exaltar a memória de cada negro e negra desse país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

CUNHA JR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970, **Educação em debate**. Ano 25. V 2 - W. 46 – 2003.

CUNHA JR. Henrique. Nós, afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In. **História da Educação do Negro e outras histórias** (Org) ROMÃO. J. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília. 2005. p 249 – 274.

DA SILVA BORGES, Rosane. **Sueli Carneiro**: retratos do Brasil negro. Selo Negro, 2009

DA SILVA, João Djane Assunção; DOS SANTOS SILVA, Nilvania. Produção de Audiodocumentário Enquanto Estratégia de Ensino para Educação das Relações Étnico-Raciais. **Revista EducaOnline**, v. 14, n. 2, p. 163-179, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOS SANTOS, Elisabete Figueroa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 3, 2018.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista brasileira de história da educação** nº 13 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38616/20147>. Acessado 30 – 03 – 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas. 2016.

NEGREIROS, Dalila Fernandes de. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes**. Editora UFABC, 2017.

OLIVEIRA, Helio. Desigualdade social, racismo e discurso: a circulação da fórmula consciência negra. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 58, n. 1, p. 77-92, 2016.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **@Descolonizando_saberes**: mulheres negras na ciência. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 329-344, 2019.

PIRES, A. L. M; SILVA, R. S; SOUTO, V. S. Dos mitos iorubá à descolonização didática: dos direitos, identidades, proposta didática para o ensino In: PINHEIRO, BCS; ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes**: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SILVEIRA, L. S. Novos olhares e novas possibilidades de pensar a diferença: a lei 10.639/2003 sob a perspectiva da biblioteconomia. In: BARROSO, Danielle et al. (Org.) **Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia** - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). 312 p. Disponível em: <<https://www.nyota.com.br/>>. acessado 25.06.20.